



## DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

### ESTAGIÁRIO

### PROVA OBJETIVA

#### LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno de prova, confira inicialmente se os seus dados pessoais e os dados relativos ao processo seletivo a que você concorre, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado na sua Folha de Respostas. Confira também o seu nome em cada página numerada deste caderno de prova. Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de questões indicada em sua Folha de Respostas, correspondente à prova objetiva. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito e(ou) apresente divergência quanto aos seus dados pessoais ou aos dados relativos ao processo seletivo a que você concorre, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da Folha de Respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

*Aproveitar um bom conselho requer mais sabedoria do que dá-lo.*

O descumprimento dessa instrução implicará a anulação da sua prova e a sua eliminação do processo seletivo.

- 3 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4 Na duração da prova, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e ao preenchimento da Folha de Respostas.
- 5 Ao terminar a prova chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua Folha de Respostas e deixe o local de prova.
- 6 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno na Folha de Respostas poderá implicar a anulação da sua prova.

#### OBSERVAÇÕES:

Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.

É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; sac@cespe.unb.br; Internet — www.cespe.unb.br.



- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Sempre que utilizadas, as siglas subsequentes devem ser interpretadas com a significação associada a cada uma delas, da seguinte forma: CF = Constituição Federal de 1988; CPP = Código de Processo Penal; DP = Defensoria Pública ou defensor público, a depender do contexto; DF = Distrito Federal; DPU = Defensoria Pública da União; MP = Ministério Público; STF = Supremo Tribunal Federal.

## PROVA OBJETIVA

### QUESTÃO 1

Considerando a teoria geral da constituição, assinale a opção correta.

- Ⓐ Consoante a doutrina majoritária, as normas constitucionais classificam-se, quanto à sua eficácia e aplicabilidade, em normas de eficácia plena, de organização, materiais e principiológicas.
- Ⓑ A promulgação de nova constituição não acarreta a revogação da constituição anteriormente em vigor.
- Ⓒ Segundo o STF, será revogada a lei que for materialmente incompatível com texto constitucional promulgado posteriormente a ela.
- Ⓓ A rigidez constitucional, importante mecanismo de defesa da constituição, relaciona-se com a dificuldade de aplicação do texto constitucional.
- Ⓔ De acordo com o regime constitucional brasileiro, os estados-membros são dotados de poder constituinte originário.

### QUESTÃO 2

Com relação aos princípios fundamentais adotados pela CF, assinale a opção correta.

- Ⓐ Entre os princípios que regem as relações internacionais do Brasil incluem-se a solução dos conflitos mediante intervenção militar e a não concessão de asilo político.
- Ⓑ A configuração constitucional do princípio da separação de poderes impede que o presidente da República legisle, ainda que no exercício de função atípica.
- Ⓒ A CF prevê o direito de secessão.
- Ⓓ A República, a democracia, a federação e a dignidade da pessoa humana constituem princípios fundamentais expressos na CF.
- Ⓔ O sistema de governo da República Federativa do Brasil é o parlamentarismo.

### QUESTÃO 3

No que se refere aos direitos e garantias fundamentais, assinale a opção correta.

- Ⓐ Consoante o disposto na CF, a pessoa que tenha sido presa, em 2012, pela prática do crime de homicídio poderá ser julgada por órgão judicial de exceção a ser criado em 2013.
- Ⓑ O sigilo das comunicações telefônicas é inviolável, salvo por determinação do presidente da República, para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.
- Ⓒ Para a proteção do direito à liberdade de locomoção, a CF previu a possibilidade de ajuizamento de mandado de segurança.
- Ⓓ Conforme a doutrina, a inviolabilidade do direito à vida limita-se ao direito de continuar vivo, não se relacionando com o direito a uma vida digna.
- Ⓔ Os tratados internacionais de direitos humanos podem ingressar no ordenamento jurídico nacional com estatuto de norma constitucional, desde que sejam aprovados, em cada casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.

### QUESTÃO 4

Considerando a organização dos poderes estabelecida pela CF, assinale a opção correta.

- Ⓐ O STF, o Conselho Nacional de Justiça e o MP são órgãos do Poder Judiciário.
- Ⓑ O controle externo, no que se refere à fiscalização contábil, financeira e orçamentária de órgãos e entidades da administração pública federal, é exercido, com exclusividade, pelo Tribunal de Contas da União.
- Ⓒ Na hipótese de impedimento do presidente ou do vice-presidente da República, o exercício da Presidência caberá ao ministro mais antigo do STF.
- Ⓓ A vedação da prisão de deputados e senadores abrange a prisão em flagrante pela prática de crime inafiançável.
- Ⓔ O Congresso Nacional, composto pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, representa o Poder Legislativo no âmbito da União.

### QUESTÃO 5

Em relação ao controle de constitucionalidade no direito brasileiro, assinale a opção correta.

- Ⓐ As leis anteriores à CF não são passíveis de controle judicial de constitucionalidade concentrado.
- Ⓑ Por meio do controle concentrado, todo e qualquer juiz ou tribunal pode reconhecer a inconstitucionalidade de uma lei e, conseqüentemente, determinar sua não aplicação ao caso concreto a ser julgado.
- Ⓒ O regime constitucional brasileiro não admite o controle político de constitucionalidade.
- Ⓓ Qualquer pessoa maior de dezoito anos de idade e no gozo dos seus direitos políticos tem legitimidade para ajuizar ação direta de inconstitucionalidade.
- Ⓔ A supremacia normativa da CF é pressuposto para o controle de constitucionalidade das leis.

### QUESTÃO 6

Em relação aos direitos sociais, políticos e de nacionalidade, assinale a opção correta.

- Ⓐ Por não serem detentores de direitos políticos, os analfabetos não podem votar nem se candidatar a cargos eletivos.
- Ⓑ Os estrangeiros são inelegíveis, dado que não são titulares de direitos políticos.
- Ⓒ Os direitos sociais não vinculam o legislador, visto que sua efetivação está sujeita às condições financeiras do Estado.
- Ⓓ Consideram-se brasileiros natos os nascidos no Brasil, ainda que de pais estrangeiros que estejam a serviço do seu país.
- Ⓔ Um jurista estrangeiro que resida no Brasil poderá ser nomeado para o cargo de ministro do STF desde que solicite sua naturalização.

**QUESTÃO 7**

Acerca da organização político-administrativa do Estado brasileiro, assinale a opção correta.

- A** O município rege-se exclusivamente por sua lei orgânica, independentemente da CF e da constituição estadual.
- B** Os terrenos de marinha são bens municipais e estaduais.
- C** Uma das prerrogativas das entidades federativas é a criação de distinções entre brasileiros ou preferências entre si.
- D** São unidades federativas autônomas a União, os estados, o DF, os municípios e os territórios.
- E** No âmbito da competência legislativa concorrente, a União limita-se a elaborar normas gerais, o que não exclui a competência suplementar dos estados-membros.

**QUESTÃO 8**

Em relação a serviço público, assinale a opção correta.

- A** A prestação do serviço público poderá ser interrompida sem aviso pelo concessionário que perder o interesse econômico na exploração da concessão.
- B** O concessionário, por ser um particular, pode, a seu critério, impedir a fruição do serviço concedido a determinadas pessoas.
- C** Em regra, a noção de serviço público em sentido amplo não contempla o poder de polícia nem as atividades judiciária e legislativa.
- D** Determinada atividade, para ser considerada serviço público, deve ser executada diretamente pelo Estado.
- E** A criação do serviço público requer prévia previsão normativa.

**QUESTÃO 9**

Assinale a opção correta referente ao poder de polícia.

- A** O poder de polícia da administração pública visa solucionar a tensão entre liberdade individual e defesa do interesse público.
- B** O exercício do poder de polícia pela administração pública é exemplo de serviço público em sentido estrito.
- C** O poder de polícia, em sentido amplo, não pode ser exercido por meio de regulamentos administrativos.
- D** O poder de polícia é sempre repressivo.
- E** Em sentido estrito, o exercício do poder de polícia corresponde sempre a um ato administrativo propriamente dito.

**QUESTÃO 10**

Em relação ao controle da administração pública, assinale a opção correta.

- A** Dada a inafastabilidade do controle externo da administração pública pelo Poder Judiciário e pelo Poder Legislativo, admite-se a renúncia pontual do controle interno pelos órgãos de controle do Poder Executivo.
- B** A autotutela não se inclui entre os tipos de controle da administração pública.
- C** O controle da administração pública pode ser interno e externo.
- D** O controle da administração pública restringe-se ao mérito da atividade administrativa sujeita a controle.
- E** Não podem os administrados participar das ações de controle da administração pública, uma vez que constituem prerrogativas exclusivas dos agentes públicos provocar o procedimento de controle, bem como realizá-lo.

**QUESTÃO 11**

Considerando o princípio da legalidade, assinale a opção correta.

- A** A ideia de subordinação à lei se exprime da mesma maneira para os particulares e para a administração pública.
- B** Esse princípio não condiciona o poder discricionário da administração pública.
- C** Tal princípio relaciona-se ao controle judicial da administração pública.
- D** A administração pública pode, por meio de regulamento autônomo, conceder direitos e impor obrigações a terceiros.
- E** Apenas a CF, dada a independência entre os Poderes, institui os limites para a atuação da administração pública.

**QUESTÃO 12**

Assinale a opção correta acerca dos princípios da administração pública.

- A** A impessoalidade exigida da administração pública circunscreve-se à vedação do tratamento diferenciado entre os administrados.
- B** O princípio da publicidade é absoluto, impondo à administração pública o dever de tornar públicos os seus atos.
- C** Do princípio da supremacia do interesse público decorre o caráter instrumental da administração pública.
- D** A doutrina exclui a hierarquia administrativa do rol dos princípios da administração pública.
- E** Não constitui princípio da administração pública a presunção de legalidade.

**QUESTÃO 13**

Ainda acerca dos princípios da administração pública, assinale a opção correta.

- A** A observância do princípio da razoabilidade implica considerar razoável a solução que se conforma à norma jurídica pertinente, independentemente de ponderação entre os interesses e direitos afetados pelo ato praticado pela administração.
- B** O princípio da eficiência refere-se tanto à atuação do agente público quanto à organização da administração pública.
- C** A moralidade administrativa é um dos conceitos abrangidos pelo princípio da legalidade, razão por que não constitui propriamente um princípio a que se sujeita a administração pública.
- D** A continuidade do serviço público, embora seja desejável, não constitui princípio da administração pública.
- E** O dever de motivação restringe-se aos atos vinculados.

**QUESTÃO 14**

Assinale a opção correta referente aos servidores públicos.

- A** O fim da exigência de regime jurídico único para os servidores públicos é tema ainda não resolvido definitivamente.
- B** Os municípios podem remunerar seus vereadores por vencimentos compostos de uma parcela fixa e outra variável.
- C** Os municípios que ainda não instituíram o regime de emprego público podem fazê-lo a qualquer tempo, com base no disposto na Emenda Constitucional n.º 19/1998.
- D** O servidor remunerado por meio de subsídio não faz jus ao recebimento de gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou vantagem de caráter indenizatório.
- E** A CF limita a acumulação remunerada de cargos públicos à de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde.

**QUESTÃO 15**

Com relação aos direitos de personalidade, assinale a opção correta.

- Ⓐ Considere que, durante uma festa realizada em residência particular, uma convidada entre no quarto da dona da casa e pegue o diário pessoal desta. Nesse caso, evidencia-se ofensa ao direito à intimidade, especificamente ao segredo doméstico.
- Ⓑ Suponha que Mário tenha formalizado ato de disposição gratuita do próprio corpo, para depois da morte, em benefício da faculdade de medicina onde se formara e que, em razão de acidente de trânsito, chegue ao hospital com morte cerebral. Nessa situação, como o ato de disposição é irrevogável, o corpo de Mário deve ser encaminhado diretamente para a faculdade de medicina.
- Ⓒ Uma das características dos direitos da personalidade é a imprescritibilidade, por isso ação que objetive reparação de dano moral pode ser ajuizada a qualquer tempo.
- Ⓓ Considere que um jornal de grande circulação noticie a comemoração do aniversário da filha de um famoso jogador de futebol já falecido, com a manchete **Pais que não acompanham seus filhos**, seguida da foto do jogador preso nas ferragens do carro no acidente em razão do qual ele falecera. Nessa situação, não há ofensa do direito da personalidade do falecido.
- Ⓔ Suponha que uma revista de circulação nacional publique fotos de determinada celebridade e de sua mãe em um baile de formatura, sem o consentimento delas. Nesse caso, não há ofensa ao direito da personalidade, visto que o direito de informação prevalece sobre o da personalidade.

**QUESTÃO 16**

Considere que Manuel adquira de Francisco imóvel rural, mediante contrato de compra e venda, e tome as devidas providências para caracterizar a aquisição, ou seja, requeira a escritura e o registro do imóvel. Com base nessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- Ⓐ De acordo com a teoria da ocupação, somente a entrada de Manuel no imóvel justifica sua condição de proprietário, já que é o trabalho humano, transformador da natureza e da matéria bruta que justifica o direito de propriedade.
- Ⓑ Por ser proprietário do imóvel, Manuel poderá realizar qualquer ato, ainda que não tenha nenhuma utilidade nem lhe traga qualquer comodidade, animado pela intenção de prejudicar outrem.
- Ⓒ A forma de aquisição de propriedade realizada por Manuel caracteriza-se como originária, já que foi ele que requereu a escritura e o registro do imóvel.
- Ⓓ Em relação a Francisco, ocorreu a perda da propriedade pela alienação.
- Ⓔ Caso ocorra um desdobramento repentino em rio que esteja dentro da citada propriedade, havendo acréscimo de terreno, tanto por aluvião própria quanto imprópria, Manuel deve indenizar Francisco pela metragem adquirida.

**QUESTÃO 17**

Em cada uma das opções a seguir, é apresentada uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada com relação ao direito obrigacional. Assinale a opção em que a assertiva está correta.

- Ⓐ Marcelo pactuou com Joaquim a entrega de parte de sua produção de soja. Entretanto, antes da escolha, uma inundação na fazenda causou a perda de toda a safra. Nesse caso, o devedor fica desobrigado da entrega, já que não agiu com culpa.
- Ⓑ José se obrigou, de forma não pactuada, a fazer um conserto na estrutura da casa de Manuel, para conter risco de desabamento. Nessa situação, caso José não cumpra a obrigação, Manuel deve obter autorização judicial para poder providenciar a execução do serviço por um terceiro e obter o direito de ser ressarcido por José.
- Ⓒ Gervásio se obrigou a entregar a João uma motocicleta no valor de R\$ 1.500,00, ou um *tablet*, em valor equivalente, ou a quantia de R\$ 1.500,00. No dia da entrega, dirigindo a motocicleta, Gervásio sofreu um acidente, em decorrência do qual houve perda total do veículo e o *tablet* ficou em pedaços. Nesse caso, comprovando-se que o acidente não tenha sido causado por Gervásio, resolve-se contrato, não sendo mais nada devido a João.
- Ⓓ Considere que Luana e Lara queiram firmar contrato com Marcelo e Marcos. Nesse caso, para que a obrigação seja solidária, é preciso que o caráter solidário da obrigação esteja previsto no contrato ou na norma.
- Ⓔ Mara herdou o automóvel que pertencera ao pai e pactuou com Joana a entrega do veículo, não tendo pactuado nada referente ao ar condicionado e ao som automotivo instalados no carro. Nessa situação, Mara fica desobrigada de entregá-los a Joana.

**QUESTÃO 18**

Com relação aos contratos, assinale a opção correta de acordo com o previsto no Código Civil.

- Ⓐ Caso João venda seu terreno mediante contrato de compra e venda *ad corpus*, o tamanho do terreno será fator preponderante para a realização do negócio jurídico.
- Ⓑ Considere que João, proprietário de um apartamento de três quartos, avaliado em R\$ 1.000.000,00, proponha a seu descendente José contrato de permuta do referido imóvel pela casa de praia de José, avaliada em R\$ 800.000,00. Nessa situação, caso não haja o consentimento dos demais descendentes, o contrato é nulo de pleno direito.
- Ⓒ Suponha que Manuela doe, verbalmente, a Marcela um broche de ouro avaliado em R\$ 200,00. Nessa situação, para que a doação seja válida, é necessário que Manuela entregue o broche a Marcela e redija um instrumento particular formalizando a doação.
- Ⓓ Caso Marcos empreste sua casa de praia a Joana, esta fica obrigada a conservar a coisa como se sua fosse, devendo pagar a conta de água e de luz referente ao que tiver sido gasto durante o período em que utilizar a casa, podendo, posteriormente, cobrar esses valores de Marcos.
- Ⓔ Suponha que Carla entregue a Letícia um envelope lacrado a título de depósito voluntário. Nessa situação, conforme o pactuado, não pode Letícia abrir o envelope para verificar o seu conteúdo, devendo devolver o envelope como lhe foi entregue.

**QUESTÃO 19**

Com relação aos direitos reais sobre coisas alheias, assinale a opção correta.

- A** Aquele que exercer o direito de excussão tem o direito de receber primeiro, independentemente da ordem dos registros da hipoteca.
- B** Dado determinado bem em garantia, executada a hipoteca, caso o produto não baste para pagamento da dívida e das despesas judiciais, o devedor ficará desobrigado do restante, já que se trata de garantia real.
- C** Os direitos reais de garantia são acessórios, ao passo que os direitos reais de gozo são autônomos.
- D** O penhor tem por objeto, exclusivamente, bens móveis e a hipoteca, bens imóveis.
- E** A lei proíbe tanto aos cônjuges quanto aos conviventes gravar de ônus reais os bens imóveis sem autorização do outro.

**QUESTÃO 20**

No que concerne às pessoas jurídicas, assinale a opção correta.

- A** Não se atribuem direitos da personalidade às pessoas jurídicas.
- B** Decai em dois anos o direito de anular as decisões eivadas de erro, dolo ou simulação referentes à administração da pessoa jurídica, sendo de três anos o prazo para a anulação da fraude.
- C** Para fins jurídicos, o espólio é considerado sociedade de fato.
- D** A existência legal da pessoa jurídica de direito privado começa com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, se for o caso, de autorização ou aprovação do Poder Executivo.
- E** As fundações — *universitas bonorum* — compõem-se de três elementos: o patrimônio, a finalidade estipulada pelo instituidor e o acordo de vontades.

**QUESTÃO 21**

Com relação à pessoa natural, personalidade e capacidade, assinale a opção correta.

- A** O Código Civil atual preceitua que os loucos de todo o gênero são absolutamente incapazes.
- B** O Código Civil de 2002 inovou ao dar tratamento específico ao natimorto, inclusive, conferindo-lhe alguns direitos da personalidade, como o nome, por exemplo.
- C** De acordo com a teoria da personalidade condicional, o nascituro adquire personalidade jurídica desde a sua concepção, sendo, desde então, considerado pessoa.
- D** A capacidade de direito não pode ser confundida com a personalidade, apesar de toda pessoa ser capaz de direitos.
- E** A capacidade dos índios é regulada por legislação especial.

**QUESTÃO 22**

No que concerne ao procedimento sumário, assinale a opção correta.

- A** Não cabe procedimento sumário nas causas de ressarcimento por danos causados em acidente de veículo de via terrestre.
- B** No procedimento sumário, não é admissível ação declaratória incidental.
- C** No procedimento sumário, admite-se a intervenção de terceiros, salvo no que se refere à assistência.
- D** O procedimento sumário deve ser observado nas ações de divórcio e de curatela.
- E** O procedimento sumário será observado nas ações relativas à capacidade das pessoas.

**QUESTÃO 23**

Em cada uma das opções a seguir, é apresentada uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada no que diz respeito à competência. Assinale a opção em que é proposta solução correta para o caso.

- A** Carlos e Ricardo, residentes no estado do Piauí, pretendem realizar entre si negócio jurídico de compra e venda de uma fazenda localizada no estado da Paraíba e confinante a um imóvel de Carlos. Nesse caso, as partes poderão estipular, no contrato, cláusula elegendo como foro competente o estado do Piauí, a fim de discutir eventual controvérsia sobre a demarcação das terras.
- B** Maria, maior, residente no estado de Goiás com seu filho Joaquim, menor impúbere, pretende cobrar alimentos do pai de Joaquim, maior, residente no DF. Nessa hipótese, a ação de alimentos em favor do menor, representado por Maria, deverá ser ajuizada no DF.
- C** O carro de Roberto, residente no Paraná, foi abalroado, em acidente de trânsito ocorrido em cidade do Rio Grande do Sul, pelo veículo conduzido por Pietro, residente em Santa Catarina, tendo sido este o causador do acidente entre os veículos. Nessa situação, Roberto poderá ajuizar ação de reparação de danos no estado do Paraná ou no do Rio Grande do Sul.
- D** João, residente em cidade do Espírito Santo, comprou, em uma loja próxima à sua residência, um celular com defeito, cujo fabricante tem sede na capital do estado de São Paulo. Nessa situação, pretendendo demandar o fabricante, João deverá ajuizar ação na cidade de São Paulo.
- E** Pedro, residente no estado da Bahia, pretende ajuizar, contra José, residente no estado do Rio de Janeiro, ação cujo objeto é a servidão de um imóvel localizado no estado de Pernambuco. Nessa hipótese, Pedro poderá ingressar com a ação no estado do Rio de Janeiro ou no de Pernambuco, mas não no estado da Bahia.

**QUESTÃO 24**

Em cada uma das opções a seguir, é apresentada uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada no que diz respeito aos prazos processuais. Assinale a opção em que a assertiva está correta.

- A** Cleiton, assistido pela DP, foi condenado por sentença publicada em 14/5/2012 (segunda-feira), tendo a DP recebido os autos e tomado ciência da sentença em 17/5/2012 (quinta-feira). Nesse caso, o termo final para oposição dos embargos de declaração ocorreu em 24/5/2012 (quinta-feira).
- B** Ivan, assistido pela DP, requereu a produção de prova testemunhal, solicitação indeferida pelo juiz em 3/9/2012 (segunda-feira). A DP foi intimada pessoalmente da decisão em 6/9/2012 (quinta-feira). Nesse caso, o prazo final para interposição do recurso de agravo retido ocorreu em 24/9/2012 (segunda-feira).
- C** Paulo, patrocinado por advogado, foi intimado para apresentar réplica em 12/3/2012 (segunda-feira). Nesse caso, o termo final para protocolar a referida peça ocorreu em 19/3/2012 (segunda-feira).
- D** A ação ajuizada por Carlos, patrocinado por advogado, foi extinta sem resolução de mérito, por sentença publicada em 10/10/2012 (segunda-feira). Nesse caso, o termo final para interpor o recurso de apelação ocorreu em 24/10/2012 (quarta-feira).
- E** Josemar ajuizou ação de cobrança, sob o rito ordinário, contra Júlio e Henrique. Júlio recebeu a citação do oficial de justiça em 1.º/8/2012 (quarta-feira), e a citação foi juntada aos autos em 6/8/2012 (segunda-feira). Henrique foi citado pelo correio, tendo recebido, em 2/8/2012 (quinta-feira), a carta, cujo aviso de recebimento foi juntado aos autos em 17/8/2012 (sexta-feira). Júlio e Henrique constituíram advogados diversos. Nesse caso, o termo final do prazo para Júlio contestar ocorreu em 18/9/2012 (terça-feira).

**QUESTÃO 25**

A respeito das condições da ação, assinale a opção correta.

- A** A petição inicial será indeferida quando o autor carecer de interesse processual.
- B** As condições da ação são a possibilidade jurídica do pedido, a ilegitimidade das partes e o interesse processual.
- C** O reconhecimento da inexistência das condições da ação importa na extinção do feito com resolução de mérito.
- D** O juiz não pode conhecer, de ofício, da inexistência das condições da ação, devendo reconhecê-la apenas por provocação das partes.
- E** Extinto o processo por carência das condições da ação, o autor não poderá ingressar novamente em juízo para pleitear o mesmo objeto da ação, por ofensa à coisa julgada material.

**QUESTÃO 26**

Acerca da resposta do réu, assinale a opção correta.

- A** A reconvenção e a exceção serão processadas em apenso aos autos principais.
- B** Após a contestação, não é lícito o réu deduzir novas alegações.
- C** Na exceção de incompetência, a petição pode ser protocolizada no juízo de domicílio do réu, com requerimento de sua imediata remessa ao juízo que determinou a citação.
- D** Quando forem citados para a ação vários réus, a cada réu será concedido prazo independente para a apresentação da respectiva defesa.
- E** O prazo para oferecer exceção é de dez dias.

**QUESTÃO 27**

No que concerne à intervenção de terceiros, assinale a opção correta.

- A** O locatário é legitimado a denunciar a lide ao proprietário, quando demandado por terceiro em nome próprio, podendo a lide acarretar-lhe a perda da posse.
- B** Aquele que detiver a coisa em nome alheio, sendo-lhe demandada em nome próprio, deverá oferecer oposição ao proprietário ou ao possuidor.
- C** É admissível o chamamento ao processo do fiador na ação de conhecimento de cobrança em que o devedor seja réu.
- D** Deixando de nomear à autoria, aquele a quem incumbia a nomeação sofrerá consequências apenas de ordem processual, visto que a referida intervenção de terceiros tem natureza jurídica de instrumento processual de celeridade para a solução da lide.
- E** O chamamento ao processo não caracteriza intervenção de terceiros.

**QUESTÃO 28**

No que se refere ao ônus da prova, assinale a opção correta.

- A** É nula qualquer convenção entre as partes que distribua o ônus da prova de maneira diversa entre autor e réu.
- B** O ônus da prova incumbe ao autor em caso de existência de fato impeditivo de seu direito.
- C** O ônus da prova incumbe ao réu em caso de existência de fatos não provados nos autos pelo autor.
- D** A inversão do ônus da prova legal ocorre desde o início da demanda.
- E** Dependem de prova todos os fatos afirmados por uma parte, ainda que confessados pela parte contrária.

**QUESTÃO 29**

Acerca do procedimento ordinário, assinale a opção correta.

- A** Quando a matéria controvertida for unicamente de direito e, no juízo, já houver sido proferida sentença de total improcedência em outros casos idênticos, poderá ser proferida sentença, reproduzindo-se o teor da anteriormente prolatada, desde que o réu já tenha sido citado e contestado a ação.
- B** O pedido deve ser certo ou determinado, sendo absolutamente vedada a formulação de pedido genérico pelo autor, por dificultar o direito de defesa do réu.
- C** Na petição inicial, devem ser indicados o juiz, o nome das partes, o fato, o pedido e o valor da causa, sendo dispensáveis as menções às provas e à citação do réu.
- D** Verificando o juiz que a petição inicial não preenche os requisitos legais, ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, ele deve extinguir de plano o processo.
- E** É permitida a cumulação, em um único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, ainda que entre eles não haja conexão.

**QUESTÃO 30**

A respeito das espécies, do sujeito ativo e do sujeito passivo da infração penal, assinale a opção correta.

- A** Crime formal ou de consumação antecipada é aquele cujo tipo penal descreve uma conduta que possibilita a produção de um resultado naturalístico, mas não exige, necessariamente, a realização deste.
- B** Ocorre crime de mera conduta ou de perigo abstrato quando o agente é punido tão somente por agir em descompasso com as regras da boa moral e dos bons costumes sociais.
- C** Caracteriza-se como sujeito ativo somente o agente que realiza a conduta exposta no verbo nuclear do tipo penal.
- D** Caracteriza-se como sujeito passivo somente a pessoa que sofre prejuízo, material ou moral, em relação ao bem jurídico penalmente protegido.
- E** Ocorre crime material quando o agente obtém, para si ou para outrem, alguma vantagem de ordem patrimonial.

**QUESTÃO 31**

O princípio da insignificância ou da bagatela exclui

- A** a punibilidade.
- B** a executividade.
- C** a tipicidade material.
- D** a ilicitude formal.
- E** a culpabilidade.

**QUESTÃO 32**

No que diz respeito ao erro de tipo e ao erro de proibição, assinale a opção correta.

- A** É isento de pena quem, por erro plenamente justificado pelas circunstâncias, supõe situação de fato que, se existisse, tornaria a ação legítima, mesmo na hipótese de o erro derivar de culpa do agente.
- B** O desconhecimento da lei é inescusável, mas o erro sobre a ilicitude do fato, se inevitável, isenta o agente de pena.
- C** O erro sobre a ilicitude do fato, se evitável, não isenta o agente de pena nem permite a sua redução.
- D** Considera-se evitável o erro de tipo se o agente atuar ou se omitir sem a consciência da ilicitude do fato, quando lhe seja possível, nas circunstâncias, ter ou atingir essa consciência.
- E** O erro sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime exclui a ilicitude, mas permite a punição por crime culposos, caso previsto em lei.

**QUESTÃO 33**

A respeito da imputabilidade penal, assinale a opção correta.

- A** O juiz pode aplicar o perdão, se o agente, por embriaguez proveniente de caso fortuito ou força maior, não possuir, ao tempo da ação ou da omissão, a plena capacidade de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- B** Os menores de vinte e um anos de idade são penalmente inimputáveis, estando sujeitos às normas estabelecidas na legislação especial.
- C** É isento de pena o agente que, em virtude de perturbação de saúde mental ou por desenvolvimento mental incompleto ou retardado, não seja inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- D** Excluem a imputabilidade penal a emoção, a paixão e a embriaguez culposa pelo álcool ou substância de efeitos análogos.
- E** É isento de pena o agente que, por embriaguez completa, proveniente de caso fortuito ou força maior, tenha sido, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

**QUESTÃO 34**

No que tange ao concurso de pessoas no direito penal, assinale a opção correta.

- A** Se algum dos agentes quis participar de crime menos grave, ser-lhe-á aplicada a pena deste e essa pena poderá ser aumentada até metade, na hipótese de ter sido previsível o resultado mais grave.
- B** Nos crimes praticados por mais de um agente, as circunstâncias e as condições de caráter pessoal jamais se comunicam entre elas.
- C** São sempre puníveis o ajuste, a determinação, a instigação e o auxílio, mesmo quando o crime não chega, ao menos, a ser tentado.
- D** Para configurar o concurso de pessoas, é indispensável o liame subjetivo, ou seja, a prévia combinação entre os coautores do crime.
- E** Se a participação no crime for de menor importância, a pena pode ser diminuída de um sexto a um terço, desde que o delito não tenha sido cometido mediante violência ou grave ameaça.

**QUESTÃO 35**

A respeito dos crimes contra a vida previstos no Código Penal brasileiro, assinale a opção correta.

- A** Não se pune o aborto praticado por médico, em caso de gestação até a décima segunda semana, desde que a gestante tenha menos de quatorze anos de idade e haja consentimento de seus pais ou de seu representante legal.
- B** Classifica-a como qualificado o crime de homicídio doloso praticado contra pessoa menor de catorze anos de idade ou maior de sessenta anos de idade.
- C** No Brasil, como não se considera crime tentar o suicídio, não há punição para o agente que instigue ou induza a pessoa a tentar o suicídio.
- D** O crime de infanticídio ocorre quando a mãe ou o pai mata o próprio filho, durante o parto ou logo após, por privação financeira.
- E** O crime de aborto pode ser cometido pela própria gestante e por terceiro, sendo, nesse caso, uma a pena para o caso de o terceiro provocar o aborto com o consentimento da gestante e outra para o caso de o terceiro provocar o aborto sem o consentimento da gestante.

**QUESTÃO 36**

Marcos, armado com uma pistola automática, invadiu, durante a madrugada, com a intenção de subtrair joias preciosas, uma joalheria, após escalar o muro que dá acesso à loja e arrombar a porta. Porém, em razão da resistência do vigia noturno, que reagiu ao assalto e foi morto por Marcos, este não conseguiu levar nada. Nessa situação hipotética, o crime praticado por Marcos caracteriza-se como

- A** tentativa de furto qualificado pela escalada e pelo rompimento de obstáculo, seguida de homicídio.
- B** tentativa de latrocínio.
- C** latrocínio consumado.
- D** tentativa de roubo majorado pelo emprego de arma, seguida de homicídio qualificado consumado.
- E** homicídio qualificado consumado.

**QUESTÃO 37**

No que se refere aos crimes contra a administração pública, assinale a opção correta.

- A** Configura crime de corrupção ativa o ato de o particular dar vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício.
- B** Em se tratando de crime de falso testemunho, o fato deixa de ser punível caso, antes do trânsito em julgado da sentença, a testemunha se retrate ou declare a verdade para o juiz da causa.
- C** O crime de corrupção passiva ocorre quando o funcionário público exige, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida.
- D** Equipara-se a funcionário público quem exerce cargo, emprego ou função em entidade paraestatal, bem como quem trabalha para empresa prestadora de serviço contratada ou conveniada para a execução de atividade típica da administração pública.
- E** É requisito indispensável para a configuração do crime de peculato a circunstância de o funcionário público ter a posse do dinheiro, valor ou bem.

**QUESTÃO 38**

A respeito das normas previstas no CPP acerca do inquérito policial, assinale a opção correta.

- A** É vedado à autoridade policial que preside o inquérito policial representar a prisão preventiva à autoridade judiciária.
- B** A autoridade policial pode arquivar autos de inquérito policial, não podendo, nesse caso, proceder a novas pesquisas, se de outras provas tiver notícia.
- C** O MP não poderá requerer a devolução do inquérito à autoridade policial, senão para novas diligências imprescindíveis ao oferecimento da denúncia.
- D** Nos crimes de ação penal pública, o inquérito policial será iniciado de ofício ou mediante requisição da autoridade judiciária, do MP ou da DP.
- E** O inquérito deverá terminar no prazo de trinta dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que for executada a ordem de prisão, ou no prazo de noventa dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.

**QUESTÃO 39**

Silvana levou ao conhecimento da autoridade policial notícia acerca da prática de infrações penais perpetradas contra a sua pessoa, tendo sido lavrado boletim de ocorrência na delegacia de polícia da cidade, no qual Silvana relatou ter sido ameaçada de morte, injuriada e difamada por sua colega de trabalho, em decorrência do não pagamento de uma dívida. Por orientação recebida na delegacia de polícia, Silvana procurou a DP para aconselhamento.

Nessa situação hipotética, Silvana deve

- A** encaminhar ao defensor público pedido de ajuizamento de queixa-crime contra a sua colega de trabalho, cabível somente em relação aos crimes de injúria e difamação, dada a natureza privada da ação penal.
- B** aguardar a remessa do boletim de ocorrência para o juiz competente, o qual instaurará a ação penal de ofício.
- C** voltar à delegacia de polícia, para representar, formalmente, contra a sua colega de trabalho, providência indispensável para o ajuizamento de qualquer ação penal.
- D** procurar atendimento no MP, visto que a ação penal a ser ajuizada para apurar os crimes cometidos contra ela por sua colega é de natureza pública incondicionada.
- E** solicitar ao defensor público o ajuizamento de denúncia contra a sua colega de trabalho, uma vez que a ação penal para os crimes de ameaça, injúria e difamação é de natureza privada.

**QUESTÃO 40**

Em relação às provas previstas no CPP, assinale a opção correta.

- Ⓐ A prova da alegação incumbirá a quem a fizer, sendo vedado ao juiz produzir provas de ofício, em respeito ao sistema acusatório.
- Ⓑ Quando a infração deixar vestígios, a autoridade policial determinará a realização do exame de corpo de delito, direto ou indireto, que poderá ser suprido pela confissão do acusado caso não seja possível a sua realização.
- Ⓒ Antes de iniciar o interrogatório, o acusado deve ser informado pelo juiz do seu direito de permanecer calado e de que não é obrigado a responder às perguntas que lhe forem formuladas, mas que o seu silêncio poderá ser interpretado como confissão presumida.
- Ⓓ A testemunha não poderá eximir-se da obrigação de depor, exceto o ascendente, o descendente, o afim em linha reta, o cônjuge, o irmão, o pai, a mãe, o amigo íntimo e o inimigo capital do acusado, salvo quando não for possível, por outro modo, a obtenção ou a integração da prova do fato e de suas circunstâncias.
- Ⓔ O juiz deve formar sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.

**QUESTÃO 41**

Em relação às normas previstas no CPP a respeito da prisão em flagrante, assinale a opção correta.

- Ⓐ Não havendo autoridade policial no lugar em que a prisão tiver sido efetuada, o preso deve ser imediatamente colocado em liberdade mediante assinatura de termo circunstanciado da ocorrência, no qual deverá constar o compromisso de ele comparecer quando for intimado.
- Ⓑ Considera-se em flagrante delito quem é encontrado, a qualquer tempo, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração.
- Ⓒ A falta de testemunhas da infração não impede a lavratura do auto de prisão em flagrante, mas, nesse caso, com o condutor, devem assinar o referido auto pelo menos duas pessoas que hajam testemunhado a apresentação do preso à autoridade.
- Ⓓ Será encaminhado ao juiz competente, em até vinte e quatro horas após a realização da prisão em flagrante, o respectivo auto de prisão e, caso o autuado não informe o nome de seu advogado, ser-lhe-á nomeado advogado dativo.
- Ⓔ Ao receber o auto de prisão em flagrante, o juiz deverá determinar que a autoridade policial lhe apresente o preso no prazo de vinte e quatro horas, sob pena de responsabilidade.

**QUESTÃO 42**

Em relação às normas previstas no CPP acerca da prisão preventiva, assinale a opção correta.

- Ⓐ A prisão preventiva não pode ser decretada em caso de descumprimento de qualquer das obrigações impostas por força de outras medidas cautelares.
- Ⓑ Não é admitida a prisão preventiva quando houver dúvida sobre a identidade civil da pessoa ou quando esta não fornecer elementos suficientes para esclarecê-la.
- Ⓒ Ao juiz é vedado revogar a prisão preventiva se, no correr do processo, verificar a falta de motivo para que subsista, assim como não pode decretá-la novamente, se sobrevierem razões que a justifiquem.
- Ⓓ Não deve ser decretada a prisão preventiva se o juiz verificar pelas provas constantes dos autos ter o agente praticado o fato em estado de necessidade, em legítima defesa ou em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito.
- Ⓔ Somente após o oferecimento da denúncia, cabe a prisão preventiva, que pode ser decretada pelo juiz, de ofício, ou a requerimento do MP, do querelante ou do assistente, ou por representação da autoridade policial.

**QUESTÃO 43**

Em relação à prisão temporária, prevista na Lei n.º 7.960/1989, assinale a opção correta.

- Ⓐ Decretada a prisão temporária, expedir-se-á mandado de prisão contra o acusado, o qual somente tomará conhecimento das razões de sua prisão quando for apresentado ao seu advogado ou ao defensor público.
- Ⓑ A prisão temporária, decretada pelo juiz, em face da representação da autoridade policial ou de requerimento do MP, terá prazo de duração de quinze dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.
- Ⓒ Na hipótese de pedido de prisão temporária mediante representação da autoridade policial, o juiz, antes de decidir, deve ouvir o MP e a defesa.
- Ⓓ O despacho que decretar a prisão temporária deve ser fundamentado e prolatado dentro do prazo de vinte e quatro horas, contado após o parecer do MP e a ciência da defesa.
- Ⓔ O juiz poderá, de ofício, ou a requerimento do MP e do advogado, determinar que o preso lhe seja apresentado, solicitar informações e esclarecimentos da autoridade policial e submetê-lo a exame de corpo de delito.

**QUESTÃO 44**

Em relação às normas previstas no CPP a respeito dos processos dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos, assinale a opção correta.

- Ⓐ O acusado cuja residência não seja conhecida que se encontre fora da jurisdição do juiz perderá a oportunidade de apresentar resposta preliminar.
- Ⓑ O juiz rejeitará a queixa ou denúncia, em despacho fundamentado, se, pela resposta do acusado ou do seu defensor, houver dúvida a respeito da autoria delitiva.
- Ⓒ Recebida a denúncia ou a queixa, o juiz designará audiência de apresentação para o interrogatório do réu.
- Ⓓ Para o recebimento da queixa ou da denúncia, é indispensável a apresentação de documentos ou de justificação que façam presumir a existência do delito.
- Ⓔ Estando a denúncia ou queixa em devida forma, o juiz mandará autuá-la e ordenará a notificação do acusado, para responder por escrito, dentro do prazo de quinze dias.

**QUESTÃO 45**

Com base nas normas previstas no CPP para o *habeas corpus*, assinale a opção correta.

- A** Não cabe *habeas corpus* para discutir a ocorrência de nulidade processual.
- B** O *habeas corpus* poderá ser impetrado por qualquer pessoa, em seu favor ou de outrem, bem como pelo MP.
- C** Recebida a petição de *habeas corpus*, se o paciente estiver preso, o juiz é obrigado a determinar a apresentação do preso em dia e hora que designar.
- D** Mesmo no caso de o juiz ou de o tribunal verificar que já cessou a violência ou a coação ilegal, o pedido do *habeas corpus* deverá ser julgado.
- E** No tribunal, a decisão será tomada por maioria de votos e, havendo empate, deverá prevalecer o voto do relator.

**QUESTÃO 46**

Com relação ao disposto na CF sobre a DP, assinale a opção correta.

- A** A forma de remuneração dos servidores integrantes das carreiras da DP não consta do texto constitucional por constituir matéria regulada por legislação infraconstitucional.
- B** A CF assegura aos defensores públicos a garantia da inamovibilidade, mas não a vitaliciedade, garantida a juízes e membros do MP.
- C** Compete à União organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios.
- D** Compete privativamente à União legislar sobre a organização administrativa, orçamentária e financeira das DPs dos estados, dos territórios e do DF.
- E** Cabe ao Senado Federal dispor sobre matérias de competência da União, como a organização da Defensoria Pública da União e dos Territórios.

**QUESTÃO 47**

Com base na Lei Complementar n.º 80/1994, assinale a opção correta.

- A** É função institucional da DP fiscalizar o processo eleitoral, por meio da formação de grupo de trabalho composto por servidores estáveis da carreira, indicados pelo defensor público-geral, o responsável por acompanhar as eleições.
- B** O instrumento de transação, mediação ou conciliação referendado pelo defensor público vale como título executivo extrajudicial, razão por que sua efetividade independe de homologação judicial.
- C** As funções institucionais da DP são exercidas contra pessoas físicas e jurídicas, ressalvadas as de direito público da unidade da Federação a que a instituição esteja vinculada.
- D** A DPU atua nos estados, no DF e nos territórios, junto à justiça estadual, à distrital e à dos territórios que vierem a ser criados.
- E** A DP abrange a DPU, as DPs dos estados, do DF e as DPs dos municípios.

**QUESTÃO 48**

Em relação à DP e à advocacia, assinale a opção correta.

- A** Cabe a lei complementar disciplinar os regimes jurídicos da DP e da advocacia.
- B** Diferentemente do que ocorre com a DP, a advocacia não consta do capítulo da CF dedicado às funções essenciais à justiça.
- C** De acordo com o princípio da indivisibilidade, a DP e a advocacia são indissociáveis, visto que ambas viabilizam o exercício do direito de ação em juízo.
- D** Dado o princípio da celeridade processual, o advogado e o defensor público podem manifestar-se nos autos do processo por meio de cotas.
- E** Em regra, a DP representa o necessitado, independentemente de mandato, que decorre da lei.

**QUESTÃO 49**

Em relação às garantias, atribuições e prerrogativas dos defensores públicos, assinale a opção correta.

- A** É prerrogativa do membro da DPU não ser preso, senão por ordem judicial escrita, salvo em flagrante, caso em que a autoridade fará imediata comunicação ao corregedor-geral.
- B** A independência funcional abrange não só o desempenho de funções institucionais, mas também o de atividades administrativas.
- C** O defensor público pode ser intimado dos atos do processo pela imprensa oficial.
- D** A qualquer tempo o defensor público federal poderá solicitar afastamento para estudo ou missão, por meio de requerimento próprio, dirigido ao defensor público-geral, a quem incumbe a análise do pedido.
- E** A prerrogativa do prazo em dobro abrange todos os graus de jurisdição.

**QUESTÃO 50**

No que se refere à assistência jurídica, hipossuficiência e justiça gratuita, assinale a opção correta.

- A** A presunção de hipossuficiência é *juris et de jure* (de direito e por direito), bastando simples declaração que ateste a condição de necessitado para que se concedam ao interessado os benefícios da gratuidade de justiça.
- B** Os benefícios da gratuidade de justiça somente são concedidos aos representados pela DP em juízo.
- C** Entre os benefícios da justiça gratuita não se inclui a isenção do pagamento das multas processuais.
- D** A gratuidade judiciária deve ser pleiteada na petição inicial, razão por que tal benefício somente pode ser concedido no início da causa.
- E** A concessão do benefício da justiça gratuita impossibilita posteriormente a condenação da parte beneficiária ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios.



**cespeUnB**

Centro de Seleção e de Promoção de Eventos